

Duas moções do B.E. aprovadas e duas recomendações apresentadas na A.M.

19-Apr-2010

A primeira moção manifesta total oposição à privatização dos CTT prevista pelo PEC "Pacto de Estabilidade e Crescimento. No argumentário desta moção podemos ler que a privatização dos CTT é traduzir-se-á inevitavelmente pelo fecho de estações de correio, agravando uma tendência que já se vinha a verificar nos últimos anos e que aérea, nica forma de garantir a homogeneidade das comunicações postais no conjunto do território nacional e a igualdade de acesso às mesmas em regiões afastadas dos grandes centros, como é o caso de muitas aldeias e vilas do nosso distrito e mesmo de algumas povoações do concelho de Viseu. É preciso manter este sector público.

A segunda proposta é C.M. que reavalia as paragens de autocarros existentes, aconselhando a criação de mais paragens cobertas, para que os utilizadores deste meio de transporte mais eficiente ambientalmente tenham onde se abrigar das fortes chuvas que se registam no concelho de Viseu e, também, para se protegerem do sol abrasador do Verão.

Relativamente ao SMAS o deputado do Bloco de Esquerda disse que «os resultados do exercício de 2009 do SMAS parecem ser lastimosos», explicando «os resultados correntes, (...) cifrados em 2008 no valor positivo de cerca de 503 392,92, transformaram-se, em 2009, num prejuízo gritante de cerca de 241 336,74!» e depois explicando o que o levam a ter tais afirmações conclui «os números apresentados (...) merecem clara censura por parte desta Assembleia, e o voto contra do Bloco de Esquerda».

Preocupado com o pequeno comércio da cidade, com a requalificação da malha urbana, com o sentimento de insegurança vivido no centro histórico e com o facilitismo em relação aos interesses imobiliários, Carlos Vieira e Castro apresentou duas recomendações ao executivo da C.M.. Estas relativas ao «Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Viseu» e ao «Projecto de Regulamento Municipal de Urbanização Edificações e Taxas» levados a votação na Assembleia Municipal de hoje.

Uma das recomendações apresentadas pelo deputado é relativa ao «Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras

Receitas do Município de Viseu•, estando

o

B.E. preocupado com o comércio tradicional da cidade de Viseu,
propondo

que haja isenção na licença de publicidade e ocupação da via
pública requerida por comerciantes e sociedades comerciais com um
volume de vendas e prestação de serviços inferior a ~ 150 000
anuais,

devendo para o efeito no requerimento da licença, ou vinte dias
antes da sua renovação apresentar requerimento para a isenção à
Câmara Municipal, acompanhado de documento fiscal comprovativo.â•

A

segunda • relativa ao •Projecto de Regulamento Municipal de
Urbanização Edificações e Taxas• onde se propõe várias
alterações, entre elas a alteração dos critérios máximos
para a dispensa de consulta pública às operações de loteamento
que, conforme o documento apresentado pela C.M., beneficia
escandalosamente os grandes interesses imobiliários ao invés de
proporcionar a participação dos Viseenses e interessados na sua
discussão.

•O

Bloco de Esquerda, considerando o crescimento da cidade e do
concelho de Viseu, entende que esse crescimento deve ser
sustentado e equilibrado, privilegiando-se o investimento na
recuperação urbana e a participação cidadã na gestão
urbana.â•

Assim

propomos a alteração dos critérios, para os quais estas operações
de loteamento não necessitam de discussão pública, de 4 ha para
1,5 ha, de 100 fogos para 50 fogos e de 10% para 2,5% da população
do aglomerado urbano em que se insere a pretensão.

Nesta recomendação o

Bloco de Esquerda deixa expresso que •ao nível
municipal, tudo fará para que seja privilegiada a requalificação
do parque urbano em relação à nova edificação, evitando assim a
degradação do parque urbano, em especial na zona histórica da
cidade.â•

Só assim

•privilegiaremos o desenvolvimento sustentável, a segurança de
pessoas e bens, que tantas vezes é posta em causa pela
desertificação de determinadas áreas, como pela degradação
do edificado, como é disso triste exemplo a zona da São ou da Rua
Direita.â•

Por isso, o Bloco de

Esquerda propõe a •possibilidade da isenção ou redução das
taxas devidas no âmbito deste regulamento, às operações
urbanísticas que incidem em áreas e períodos temporais, a definir
pela Câmara Municipal, em função da relevância histórica,
arquitetônica e urbana.â•

O Secretariado da
Coordenadora Distrital do Bloco de Esquerda de Viseu